

# **O EMPREGO DA ABORDAGEM DSC (DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO) NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

## **Fernanda de Sales**

Mestre em Educação pela UFSC. Professora do Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação da UDESC. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Informação, Tecnologia e Sociedade (UFSC/CNPq)

E-mail: [fernanda\\_faed@yahoo.com.br](mailto:fernanda_faed@yahoo.com.br)

## **Francisco das Chagas de Souza**

Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Ciência da Informação da UFSC. Líder do Grupo de Pesquisa Informação, Tecnologia e Sociedade (UFSC/CNPq)

E-mail: [chagas@cin.ufsc.br](mailto:chagas@cin.ufsc.br)

## **Valquiria Michela John**

Mestre em Educação pela UFSC. Professora no Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da UNIVALI. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Informação, Tecnologia e Sociedade (UFSC/CNPq) e do Grupo Monitor de Mídia (Univali/CNPq)

E-mail: [val@univali.br](mailto:val@univali.br)

**RESUMO:** Discorre sobre as características da abordagem de análise denominada Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e sua articulação conceitual com a Teoria das Representações Coletivas (TRC) formulada por Emile Durkheim e com a Teoria das Representações Sociais (TRS), formulada por Serge Moscovici. Explicita as condições de seu emprego em estudos de Ciências Humanas em ambientes nos quais se desenvolve a comunicação humana. Por fim, apresenta os procedimentos empregados em dois estudos desenvolvidos sobre as representações de leitura e formação de leitores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representações sociais. Representações coletivas. Discurso do Sujeito Coletivo. Representação de leitura. Atuação do bibliotecário escolar.

## **THE USEAGE OF DSC (COLLECTIVE SUBJECT SPEECH) IN EDUCATION RESEARCH**

**ABSTRACT:** It talks about the characteristics of analysis approach called Collective Subject Speech and its conceptual relation to the Collective Representations Theory constructed by Emile Durkheim and to the Social Representations Theory constructed by Serge Moscovici. It explains the conditions of its usage in studies of Human Science in environment in which human communication is developed. Finally, it shows the procedures used in two studies developed on the representations of reading and readers education.

**KEYWORDS:** Social representation. Collective representation. Collective Subject Speech. Reading Representation. School librarian action.

## INTRODUÇÃO

Leitura e educação representam duas frentes de ação e também de abordagem da realidade. Estão permanentemente carregadas de variáveis complexas, que se manifestam sob a forma tanto de fenômenos ou blocos temáticos, com incontáveis temas ou objetos e questões que estes produzem, quanto pelas múltiplas análises que permitem ser feitas dos problemas identificados.

Vistas como fenômenos, a *leitura* implica em “decodificação de conhecimento social” e a *educação* tem a ver com “aquisição de conhecimento simbólico controlado socialmente”. Sob uma perspectiva durkheimiana, leitura e educação podem ser encaradas como fatos sociais, da mesma ordem que a comunicação, e são construídos na e pela prática social para, no âmbito da sociedade, dar fluxo à informação. Fenomenicamente, *comunicação* implicaria “interação social permanente” (SOUZA, 2003, p. 23).

Na Pós-Graduação em Educação da UFSC [PPGE-UFSC], essas frentes: Educação e Comunicação constituem uma única linha de investigação. Nela se realizam diversos estudos que são definidos a partir dos temas ou questões que fenomenicamente a Educação e a Comunicação produzem. Dentre os vários projetos em andamento na linha, nos últimos semestres, foram desenvolvidas duas pesquisas no nível de mestrado, cujos textos dissertativos, defendidos em 2004, tematizaram a Leitura e o Ensino Fundamental, tendo por ponto de partida questões específicas, articuladas de modo a recuperar, respectivamente, as representações que um determinado grupo de usuários com habilidade de leitura e um determinado grupo de profissionais inseridos no ambiente escolar fazem de suas atuações nos ambientes onde estão interagindo.

Um aspecto inicialmente presente em ambas as pesquisas tem relação com a interseção ou sobreposição dos fatos sociais: leitura, educação e comunicação. Mas esta interseção é apenas aparente. De modo mais preciso, pode-se afirmar que ao serem vistas pela ótica da representação, tanto a educação quanto a leitura, neste caso, saem da condição de fatos sociais para a condição de objetos de estudo ou questões produzidas pela realidade social e a comunicação se coloca como instrumento metodológico para o tratamento daqueles objetos, na medida em que ao ser fenomenicamente “interação social permanente” dispõe-se instrumentalmente como canal a ser utilizado para que a representação coletiva ou social se manifeste e expresse sentido.

Com isso, pretende-se mais uma vez reforçar a compreensão de que há imprecisão nos termos: educação, leitura e comunicação, que tanto manifestam fatos sociais, quanto

manifestam método, técnica e instrumento a depender do foco com que certos conteúdos fazem sentido quando se trata das ações humanas em sociedade.

Desse ponto de vista, convém afirmar que o conceito de fato social com que se trabalha nesta discussão é aquele produzido por Emile Durkheim em as Regras do Método Sociológico em que afirma ser o fato social “toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior: ou então, que é geral no âmbito de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais.” (DURKHEIM, 2003, p. 40).

É nesse aspecto que se considera que Leitura, Educação e Comunicação, na sociedade (ocidental) em que se vive nos últimos milênios, sustentam traços desse conceito de fato social que se dá por sobre uma realidade social da qual depende e intermedia um recurso estrutural e imaterial da sociedade que lhe serve de conteúdo e constitui forma. Este recurso é a *informação como um fenômeno de existência*, ou seja, se pudesse vê-la e pegá-la, de uma perspectiva da física quântica, dir-se-ia que ela disporia das mesmas possibilidades de ser uma onda (fluxo ou energia nas redes de comunicação de som e imagem com transmissão eletrônica) ou uma partícula (massa ou sólido com registro físico num suporte material estocável fazendo a ocupação de espaço tal como os materiais de origem vegetal em forma de papéis de celulose ou de algodão). Nesse sentido, ela cria e é criada permanentemente, revela-se e esconde-se constantemente a depender do ângulo de abordagem e por isso leitura, educação e comunicação, excluídas seus instrumentos operadores, são apresentados sempre de modo muito imbricados.

De outro lado, metodologicamente, se está a afirmar que a aquisição de conhecimento simbólico, controlado socialmente, está relacionada diretamente com interação social permanente e isso se faz através da decodificação de conhecimento social. Dessa forma, a decodificação do conhecimento social se realiza por meio de uma aquisição controlada socialmente através de processos de interação permanente. Portanto, aqui Leitura, Educação e Comunicação não estão sendo considerados como os fatos sociais originais, mas como instrumentos que representam meios voltados a facilitar a oferta de recursos e entendimento para a sociedade sobre a criação, uso e transformação do conhecimento.

Tudo isso serve para dizer que esta discussão tem o seu eixo concretamente centrado na comunicação que é o recurso instrumental e metodológico pelo qual se torna possível identificar e difundir as Representações Sociais (RS) ou Representações Coletivas (RC) construídas nas relações em comunidade e que se torna perceptível quando os discursos que carrega, como expressando forma a um conteúdo, são tratados de modo a se conhecer qual é,

de fato, o conteúdo que estão portando.

Considerando o anteriormente exposto, o objetivo deste artigo é discorrer sobre as características do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e a articulação conceitual desta abordagem com a Teoria das Representações Coletivas (TRC) formulada por Emile Durkheim (2003) e com a Teoria das Representações Sociais (TRS), formulada por Serge Moscovici (2003), visando explicitar as condições de seu emprego em estudos do campo das Ciências Humanas que tratem de ambientes em que ocorre denso fluxo de comunicação humana. No caso em particular, serão apresentados os procedimentos empregados em dois estudos desenvolvidos no PPGE/UFSC.

## **REPRESENTAÇÕES COLETIVAS: DO QUE SE TRATA**

A construção do conhecimento sociológico se edifica a partir da busca de explicações e/ou compreensão do movimento dado pelas interações entre os indivíduos. Como parte disso, há o reconhecimento de que saberes comuns, comunitários ou coletivos, vão se constituindo ao longo do tempo o que leva à fixação de matrizes de ação, operação, afirmação e explicação da realidade.

Esse caminho que expressa uma via interacionista ou de construcionismo social foi explicada, nos anos setenta, por Berger e Luckmann (1985) como constituído de dois momentos em que os indivíduos se socializam, isto é, absorvem parcelas significativas do conhecimento existente e em uso quando nascem, através da família e sujeito de seu meio (socialização primária), por um lado, e, por outro, absorvem continuamente outro conjunto de conhecimentos através das instituições que são criadas para dar forma, reproduzir e sustentar o funcionamento da sociedade, como escolas, profissões, etc. (socialização secundária).

Porém, há anos, no início do século XX, foi Émile Durkheim – em seus estudos pioneiros de fatos sociais – quem identificou o fenômeno, a partir do contexto da sociedade francesa, em oposição a uma sociologia “cientificista” de Auguste Comte, e construiu o conceito de Representação Coletiva. Isto é, por esse conceito os indivíduos edificam e manifestam um conhecimento comum que preside e orienta as suas existências como um corpo/contingente humano situado no tempo e espaço. Essas representações compõem-se de crenças, valores e outros modos de ver o mundo que organizam as atitudes e reações coletivas, porque reúnem o que vem dos indivíduos, e dão sentido à sua linguagem e saber.

Naturalmente, esse conceito – ao ser influenciado por todas as grandes mudanças que

as sociedades existentes no século XX sofreram, como por exemplo, o modo de as pessoas perceberem, identificarem e interpretarem os fenômenos físicos não mais apenas pela física Newtoniana, mas também pela física quântica – foi superado como uma das melhores explicações das atitudes sociais. É dessa maneira que, mais tarde, sobretudo a partir dos anos 1960, sem uma renúncia do valor heurístico do conceito, veio a ser criado um conceito novo e mais amplo, respondendo à dinâmica pós-grandes guerras [mundiais], superdimensionamento das tecnologias industriais, etc. Esse conceito novo associou os campos intelectuais da Sociologia e da Psicologia gerando um modo diferente de abordar a sociedade que vem a ser o conceito de representações sociais.

### **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: DO QUE SE TRATA**

O conhecimento sobre o conteúdo do pensamento dos indivíduos que compõem uma dada sociedade tem relação com a sua existência e expressa a dinâmica que essa sociedade vive. Isso significa que o nível de complexidade das estruturas e dos conteúdos gerados pelo funcionamento da sociedade é a expressão de seu movimento. A idéia de um aparente congelamento das idéias e atitudes que uma sociedade constrói tem relação com o sentimento generalizado que essa sociedade, por seus indivíduos, revela em relação à sua existência. Ao contrário, uma sociedade cujo movimento é mais acelerado vai desenvolver um sentimento e percepção de que tudo é mais fluido, mais fugidio, menos estável. Foi neste segundo cenário que, após as grandes guerras européias (mundiais?) do século XX, como um progresso conceitual, surgiram as bases de afirmação das Representações Sociais.

A Teoria das Representações Sociais originou-se na Europa no ano de 1961 com a publicação do estudo de Serge Moscovici intitulado *La Psychanalyse: son image et son public*. Tem suas origens na Psicologia Social, contudo, suas abordagens vêm se estendendo aos campos da Sociologia, Antropologia e Educação.

Na medida em que se amplia a sua apropriação como base para se compreender os discursos afirmados, tanto na construção do senso comum como na transformação do discurso científico em conhecimento geral, avoluma-se a produção de literatura que toma a Teoria das Representações Sociais como instrumento tanto para interpretar a ancoragem dos discursos quanto para compreender a objetivação com que esses discursos se apresentam (SÁ; ARRUDA, 2000). Para essa Teoria, ancoragem tem relação com os conhecimentos que dão sustentação científica, filosófica, etc. a um dado discurso e objetivação é a própria expressão

de um conteúdo ou conhecimento em dado discurso que representa o pensamento de determinado grupo social.

Em sua evolução, a TRS vem produzindo desdobramentos como vias de tratamento dos pensamentos construídos socialmente. Para algumas dessas perspectivas as RS constituem, então, um campo de estudos. É assim o entendimento de Sá (1996) que, em uma síntese, procura afirmar os assuntos ou objetos de representação que têm sido investigados. A partir disso, cita que Jodelet, em obra de 1964, “mapeia o campo através da enumeração de seis diferentes perspectivas que presidem a formulação da maneira como se elaboram as representações sociais”. Essas maneiras arroladas por Jodelet (1964), conforme Sá (1996, p. 36), seriam:

- 1 – ênfase à atividade puramente cognitiva pela qual o sujeito constrói sua representação;
- 2 – acentuação dos aspectos significantes da atividade representativa;
- 3 – tratamento da representação como uma forma de discurso;
- 4 – consideração da prática social do sujeito na construção da representação;
- 5 – determinação da dinâmica das representações pelo jogo das relações intergrupais;
- 6 – ênfase sociologizante, fazendo do sujeito um portador das determinações sociais responsáveis em última instância pela produção das representações.

É ainda, Sá (1996) que, buscando encontrar a explicação teórica das RS, identifica em Abric (2001) uma sistematização que a seu ver afirma a questão das finalidades próprias das RS, atribuindo-lhes quatro funções essenciais. Essas funções seriam:

- a) de saber – permitem compreender e explicar a realidade;
- b) identitárias – definem a identidade e permitem a salvaguarda da especificidade dos grupos;
- c) de orientação – guiam os comportamentos e as práticas;
- d) justificatórias – permitem justificar *a posteriori* as tomadas de posição e os comportamentos (SÁ, 1996, p. 43-44).

De outro lado, as RS também podem ser analisadas a partir de sua assimilação como forma de abordagem e explicação da realidade oriunda das práticas sociais. Nesse sentido, Jodelet (2001) vai afirmar que:

Desde 1961, algumas propriedades são atribuídas à representação social por Moscovici, com quem convergem, por outro lado, a Sociologia do Conhecimento elaborada no quadro do interacionismo simbólico (Berger & Luckmann), a Etnometodologia (Cicourel) e a Fenomenologia (Schutz), que relacionam a realidade a uma construção consensual, estabelecida na

interação e na comunicação. (p. 25)

Nesta perspectiva, Semin (2001) vê que “As representações sociais são inicialmente pontos de balizamento (...) fornecem (...) pontos de referência pelos quais uma pessoa se comunica com outra, permitindo-lhe situar-se e situar seu mundo. Basta uma simples palavra ou frase (...) para mobilizar uma representação social.” (p. 209) Essa explicação prototípica das RS, que mobiliza-se num ambiente de comunicação, aponta para outra dimensão que é a de caráter informativo. Hewstone (2001) vê, então, as RS como um mecanismo que automatiza as explicações o que o torna anterior à necessidade da análise da informação. Haveria então um momento em que a informação seria anterior ao próprio conteúdo comunicado? Essa pergunta é uma possibilidade de se interpretar as RS. Nas palavras de Hewstone (2001), “As representações sociais impõem uma espécie de explicação automática. São escolhidas causas e propostas antes mesmo de qualquer pesquisa detalhada e análise de informação” (p. 224).

Trazer as RS como uma teoria e metodologia para o exame de fenômenos educacionais (Gilly, 2001), de gênero (Arruda, 2002), de comunicação (Gaureshi, 2000), de profissionalização (Palmonari e Zani, 2001), da Esfera Pública (Jovchelovitch), tem ocupado os interesses de pesquisadores que buscam compreender as diferentes formas e expressões de interação na sociedade. Nesse sentido, a TRS é uma forma de exame destes discursos. A propósito do fenômeno educacional, Gilly (2001) afirma que:

...o interesse essencial da noção de representação social para a compreensão dos fatos da educação consiste no fato de que orienta a atenção para o papel de conjuntos organizados de significações sociais no processo educativo. (...) oferece um novo caminho para a explicação de mecanismos pelos quais fatores propriamente sociais agem sobre o processo educativo e influenciam seus resultados... (p. 321).

De uma forma mais ampla, Moscovici (2003), o principal articulador da TRS, afirma as funções básicas das RS a partir da seguinte consideração:

Se nós aceitamos que sempre existe certa quantidade, tanto de autonomia, quanto de condicionamento em cada ambiente, seja natural ou social – e no nosso caso em ambos – digamos que as representações possuem precisamente duas funções:

a) Em primeiro lugar, elas CONVENCIONALIZAM os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas.

b) Em segundo lugar, representações são PRESCRITIVAS, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado (MOSCOVICI, 2003, p. 36)

Em síntese, as RS, ao convencionalizarem os fatos, dados e apreensíveis através dos sentidos, possibilitam que um grupo humano estabeleça as identidades para tudo o que está a sua volta. Isto leva ao caráter prescritivo que contribui para que se construa o processo de socialização dos indivíduos que, portanto, têm grandes bases informacionais que lhes permitem a produção de conhecimento estruturado para lhes guiar as ações e interagir socialmente.

### **DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO: UM MODO DE LER O REPRESENTADO NO DISCURSO DE UM GRUPO HUMANO**

Todo e qualquer conjunto de representações coletivas e/ou sociais expressa na comunicação pelos discursos, literais ou não, o que está e/ou foi convencionalizado e o que está e/ou será prescrito. Isso não quer dizer que há um congelamento do que se tem por sabido e testado, mas que as RS por si mesmas sofrem os impactos do ambiente e caminham permanentemente para a incorporação de inovações. A percepção de sua durabilidade, apreensível pelos sentidos e percepção humanos, ocorre pelo fato de que as RS não podem ser consideradas como sólidas. Por essa razão, uma das inovações que a própria teoria das RS recebeu, a partir das pesquisas experimentais de Abric (2001), veio pela descoberta de que todas as Representações têm um núcleo central que dá a percepção ilusória de sua permanência e não mutabilidade ao longo do tempo. A descoberta desse estado das Representações veio precisamente da análise dos discursos representacionais. A forma pela qual se descobre a fundamentação de uma representação, isto é, sua ancoragem e, portanto, sua objetivação que funciona como determinante de uma percebida permanência ou não ao longo do tempo social e histórico, é constituída por técnicas que levam à decomposição do conjunto dos discursos afirmados por um coletivo de sujeitos em torno de uma questão ou objeto de estudo. Esta decomposição dos discursos, para levar a resultados confiáveis, exige que se definam os aspectos que se quer destacar e o seu agrupamento, apreciação e síntese final para assim chegar aos núcleos discursivos e às suas ancoragens.

Há várias técnicas que permitem obter resultados satisfatórios, com maior ou menor volume de trabalho. Modelos analíticos como os de Greimas (GREIMAS, 1987; TURCI



DOMINGO, 2004), modos de estudar as Ciências Sociais como dado em Quivy e Copenhoudt (1992), dentre outros, têm sido utilizadas em diversos estudos nas Ciências Humanas. Contudo, no final dos anos da década de 1990, surgiu no Brasil, por iniciativa de Lefevre; Lefevre e Teixeira (2000), uma proposta de técnica de Análise de Discursos que vem sendo adotada em investigações na Linha Educação e Comunicação do PPGE/UFSC. Trata-se do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), técnica que segundo seus autores se inspira na noção de sujeito coletivo de Durkheim (2003).

O DSC conforme concebido por seus autores e apresentado em seus livros consiste em uma modalidade de análise de discursos obtidos em depoimentos verbais ou obtidos em qualquer manifestação discursiva que se possa encontrar em textos e documentos escritos. Um dos objetivos da técnica a partir dos procedimentos que adota é reduzir a variabilidade naturalmente presente nos discursos, visando com isso validar o conhecimento que o autor do discurso representa em sua fala. É em face disso, que na obtenção de qualquer discurso, mas, sobretudo do discurso verbal, a liberdade de falar, pensar livre e argumentar dos depoentes deve ser valorizada. E isso não prescinde de um conjunto de questões diretrizes formuladas para aplicação na coleta dos discursos, sob pena de se dificultar a captura do que é *a fala* coletiva.

Estruturalmente, o DSC se organiza a partir da utilização de figuras metodológicas designadas como: ancoragem; idéia central; expressões-chave e o discurso do sujeito coletivo, propriamente dito. Os significados dessas figuras ou etapas de um procedimento de análise dão a noção de um processo de apreensão de significados que surgem no conjunto das falas, as quais exibem um pensamento coletivo ou a representação do grupo sobre dado tema ou questão. A ancoragem para Lefèvre e Lefèvre (2003) tem um sentido muito assemelhado aquele dado por Moscovi (2000) na TRS, isto é, “manifestação lingüística explícita de uma dada teoria, ou ideologia, ou crença que o autor do discurso professa e que, na qualidade de afirmação genérica, está sendo usada pelo enunciador para *enquadrar* uma situação específica”; idéia-central consiste numa etapa derivada da leitura dos textos coletados, ou de um momento no qual se obtém de cada Discurso sob exame o que tem de central em sua elaboração. Conforme Lefèvre e Lefèvre (2003), as idéias centrais “podem ser resgatadas através de descrições diretas do sentido do depoimento, revelando o que foi dito ou através de descrições indiretas ou mediatas, que revelam o tema do depoimento ou sobre o que o sujeito enunciador está falando”. Para os autores, a idéia central “é um nome ou expressão lingüística que revela e descreve, de maneira mais sintética, precisa e fidedigna possível, o sentido de cada um dos discursos analisados” (p. 17); expressões-chave representam uma etapa em que

se busca “o resgate da literalidade do depoimento”. (p. 17) Está associada à extração das idéias-centrais de um discurso. Para Lefèvre e Lefèvre (2003), “são uma espécie de prova discursivo-empírica da verdade das idéias centrais e das ancoragens e vice-versa” (p. 17) Discurso do Sujeito Coletivo é o estágio final, ou síntese que deriva das etapas de extração das idéias-centrais e expressões-chaves, representando o conjunto nuclear dos discursos. Nesse sentido, o DSC afirmaria a representação que, sobre um dado tema ou questão, todo o grupo dos falantes manifesta. Isso não significa que cada um, individualmente, manifesta a mesma idéia ou expressão, próxima de uma homogeneidade, mas que em seu conjunto, ou no coletivo, tal discurso é representativo do pensamento de todos. Por esta razão, os autores da técnica afirmam que “os discursos dos depoimentos não se anulam ou se reduzem a uma categoria comum unificadora (...) o que se busca (...) é reconstruir, com pedaços de discursos individuais, como em um quebra-cabeça, tantos discursos-síntese quantos se julgue necessários para expressar uma dada *figura*, ou seja, um dado pensar ou representação social sobre um fenômeno” (p. 19); por isso mesmo, “é um discurso redigido na primeira pessoa do singular” (p. 18). Mas não pode ser construído de uma maneira aleatória. A junção das peças ou pedaços dos discursos deve seguir alguns princípios: *Coerência*, isto é, o discurso como um todo deve apresentar coerência e fazer sentido; *Posicionamento próprio*, ou seja, uma posição específica diante do tema pesquisado; *Distinção entre os DSCs*, isto é, no caso das respostas produzirem mais de um DSC deve levar em conta *diferença e/ou antagonismo* presente e *complementaridade* possível entre eles; “*Artificialidade natural*”, ou seja, “é como se uma pessoa só falasse por um conjunto de pessoas”. (p. 20-21)

Embora inicialmente ancorado na noção de Representação Coletiva de Durkheim, a técnica do DSC se expressa como um recurso para ser aplicado ao trabalho de análise de RS, na medida em que tem a intenção de reconstruir o pensamento vivo, portanto, com recortes dinâmicos da realidade social em sua complexidade.

Desse ponto de vista, Lefèvre e Lefèvre (2003) acentuam que a coleta e a análise dos dados exigem alguns cuidados. Nesse sentido, arrolam em seu livro um conjunto de passos para a coleta e para a tabulação dos registros que são detalhadamente apresentados, sobretudo quando se trata da coleta de dados num ambiente empírico. Neste caso, acentuam que o instrumento *Entrevista* tem sido o recurso utilizado com mais frequência nos estudos realizados. Os passos de coleta apresentados são: *A escolha dos sujeitos; Elaboração do roteiro de perguntas; Preparo dos entrevistadores; Preparo do ambiente para a entrevista; preparo do equipamento para gravação; cuidado com o clima de informalidade durante a entrevista*. Quanto aos passos para a tabulação dos registros, os autores sugerem o número de

cinco, para os quais é adotada uma grade (Instrumento de Análise do Discurso 1) que contém três colunas para o registro das *Expressões-chave*; *Idéias-centrais* e anotação da *Ancoragem* identificada. Por último, apresentam outra grade (Instrumento de Análise do Discurso 2) que contém duas colunas para o registro das Expressões-Chave e do DSC propriamente dito o que leva ao Quadro-Síntese final onde estarão apresentados os resultados, apresentáveis de mais de uma forma. (p. 37-57)

Por suas características técnicas e por seus instrumentos, pode-se afirmar que o DSC como uma técnica de análise de discursos revela-se um instrumento de ordenamento eficaz da comunicação que está na base de todas as representações sociais, na medida em que, em última instância, estas resultam de processos interacionais articuladores da construção social da realidade. O DSC se articula com as representações coletivas e sociais na condição instrumental da comunicação vista como meio para compreender os fenômenos e as questões que a Leitura e a Educação produzem para o estudo acadêmico.

#### **A APLICAÇÃO DO DSC EM ESTUDOS DO CAMPO DA EDUCAÇÃO NA LINHA ECO/ PPGE/UFSC**

As possibilidades teóricas e metodológicas que se pode utilizar na pesquisa educacional, para abordar os temas ou objetos específicos submetidos a estudo, inserem nos anos recentes a abordagem qualitativa como capaz de trazer respostas que levam a compreender muitos fenômenos que unicamente a abordagem quantitativa, que leva a uma generalização estatística, não supre adequadamente. Isto se dá, sobretudo, quando o pesquisador trabalha, tanto em uma quanto em outra abordagem a partir do levantamento de opiniões ou observação de posturas. Contudo, no caso da abordagem quantitativa, em que séries descritivas são construídas, se deseja expressar certa objetividade e não interferência de valores, seja do pesquisador, ou seja do entrevistado. E isso tende a não ser seguro. Assim, a abordagem qualitativa já parte do entendimento de que, embora com todos os cuidados tomados na coleta de informações, os seus resultados estão tão situados no tempo, espaço e sociedade, que só assim poderão ser lidos. Desse modo, o que se busca é compreender os mecanismos cognitivos e, nas manifestações mais amplas, as origens de certas idéias e pensamentos.

De outro lado, a busca desse conhecimento deve estar associada com recursos ou técnicas que permitam uma adequada análise do que os sujeitos expressam em seus discursos

quando atendem às demandas de informação apresentadas pelo pesquisador.

Nesse aspecto, o encontro do DSC como técnica de análise de discursos veio a atender essa perspectiva de trabalho e investigação que está em desenvolvimento na linha ECO/PPGE/UFSC.

Até o momento, algumas dissertações foram produzidas, como a de Hillesheim (2001), Sales (2004) e John (2004), ou estão em andamento na linha ECO, utilizando esta estratégia que se apresenta como quase natural com relação à captação do conteúdo das falas coletadas, adequada ao tempo requerido para a produção de dissertações e teses acadêmicas e elucidativas para os leitores dos trabalhos produzidos com este formato.

Particularmente, este artigo discute os processos da técnica DSC empregados em pesquisas recentes realizadas na linha ECO/PPGE/UFSC. Uma das pesquisas trata do *valor social da leitura* e por ela foi buscado “o olhar do preso sobre a leitura no ambiente de reclusão”; a outra pesquisa trata das *competências profissionais de bibliotecários* e por ela foi buscado conhecer “a participação do profissional bibliotecário na formação do senso crítico na escola elementar”.

No caso da primeira pesquisa, que resultou na dissertação de John (2004), estava em questão descobrir quais atributos de valor uma comunidade de presidiários afirmava encontrar na leitura textual a partir das condições que experimentavam no ambiente de dado estabelecimento penal localizado em um município do Estado de Santa Catarina. Dito de outro modo, a autora desejava encontrar quais significados os presidiários davam, em seu discurso, para este recurso de comunicação e para as habilidades que ele requer.

Quanto à segunda pesquisa, que resultou na dissertação de Sales (2004), a questão era descobrir como os profissionais bibliotecários que atuavam na Rede Pública Municipal de Ensino de dado município catarinense se viam atuando num ambiente educacional público, nos níveis de escola básica colaborando na formação do senso crítico do aluno. Dito de outra forma, a autora queria saber qual o discurso que esse profissional tinha a respeito do domínio e das práticas relativas a esta competência educacional.

## **DISCUSSÃO ACERCA DOS PROCESSOS DESENVOLVIDOS NESSES ESTUDOS**

### **1 A representação da leitura na prisão**

A pesquisa realizada por John (2004), cujo levantamento de dados deu-se de julho a

setembro de 2003, teve por objetivo final amplo conhecer o conteúdo das representações atribuídas por presidiários aos materiais de leitura a que têm acesso durante o período de sua reclusão. Para chegar até essa representação a forma de coleta de dados adotada implicava em obter as falas desses sujeitos. Através dessa estratégia de obtenção de informações buscava-se a representação que emergia dos discursos proferidos pelos informantes acerca do tema investigado.

O tratamento dessas falas, desses discursos e, portanto, das representações, seria feito qualitativamente, já que estaria sustentado em dados subjetivos, que visavam identificar o pensamento de um grupo sobre um determinado tema, neste caso, o pensamento sobre a leitura. Outro cuidado metodológico era o de não produzir meras categorias a partir de expressões ou termos mais repetidos. Esta conduta assegurava resgatar o pensamento do grupo sobre o tema, pensamento este a ser avaliado em termos qualitativos, com base em um discurso livremente construído, na esteira do que apontam Lefèvre e Lefèvre (2003, p. 9), ou seja,

“quando se quer conhecer o pensamento de uma comunidade sobre um dado tema, é preciso realizar, **antes de mais nada**, uma pesquisa qualitativa, já que, para serem acessados, os pensamentos, na qualidade de expressão da subjetividade humana, precisam passar previamente, pela consciência humana. (...) Essas pesquisas devem ser, necessariamente, qualitativas porque tais pesquisas têm justamente como objetivo a geração ou reconstrução de qualidades, como é o caso do pensamento coletivo.”

A pesquisa, quanto aos seus objetivos operacionais, teve caráter exploratório e utilizou-se ainda de recursos da Antropologia, inspirando-se na proposta das técnicas etnográficas e utilizando como um de seus instrumentos o diário de campo, recurso fundamental neste tipo de estudo.

Para a definição dos sujeitos da pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos:

1 Levantamento da situação penal dos detentos do estabelecimento onde a pesquisa foi realizada, buscando atender aos seguintes critérios de seleção:

a) Apenas os detentos do pátio fechado masculino: em função da localização da biblioteca<sup>1</sup> e, portanto, do maior acesso aos materiais de leitura.<sup>2</sup> O levantamento do número

---

1 Na verdade não há realmente uma biblioteca em funcionamento no presídio estudado. O termo foi utilizado para designar a sala onde estão localizados os livros, onde também eram ministradas as aulas do ensino fundamental e cursos profissionalizantes, bem como todas as atividades consideradas sócio-educativas.

2 Embora a maioria dos estudos referentes ao sistema prisional tenha praticamente ignorado a presença do público feminino, nesta investigação foi praticada, ainda que involuntariamente, mais uma vez a exclusão deste grupo. A opção pelo público masculino foi devida, sobretudo, ao acesso aos materiais de leitura e também por

total de detentos e aqueles do pátio fechado masculino (chamado de convívio) foi realizado em maio de 2003, a partir de uma relação contendo os nomes e algumas informações dos presos. De acordo com esta relação, o número total de detentos era de 419 (entre homens e mulheres) e o número de homens no pátio fechado, 329, além de 46 mulheres no pátio feminino, 30 homens no seguro e 24 homens e mulheres na regalia.

b) Detentos já condenados: como se trata de uma Cadeia Pública<sup>3</sup>, são encontrados detentos que aguardam julgamento e detentos que já cumprem a pena. Não foram considerados os que aguardavam julgamento, porque poderiam deixar o presídio durante a realização das entrevistas.

c) Detentos que haviam ingressado no presídio entre janeiro e julho de 2002: no Presídio onde a investigação foi realizada, o tempo médio de permanência dos detentos é de um a três anos. Foi escolhido este critério porque desta forma os entrevistados possivelmente teriam tido mais tempo para o contato com a leitura de materiais impressos naquele contexto.

d) Detentos que cumpriam pena enquadrados pelo artigo 12 do Código Penal – tráfico de entorpecentes: este critério foi adotado porque 41% dos presos daquele estabelecimento cometeram este tipo de crime, além disso, o tráfico de drogas é crime inafiançável, as penas variam de três anos e 50 dias a 15 anos de prisão sendo estes, na maioria das vezes, os presos que ficam mais tempo no presídio estudado.<sup>4</sup>

Embora o crime mais praticado no país seja o de furto e/ou roubo, foi selecionado o artigo 12 devido à especificidade do local estudado. Além disso, muitas das vezes os praticantes deste crime se auto-intitulam comerciantes. O comércio de drogas é um crime que, de certa forma, exige a prática da leitura (estar por dentro das inovações deste “mercado”, o que está em “alta entre os jovens”, entre outros motivos), a habilidade com os números e com a escrita. Buscava-se, assim, identificar se eles próprios faziam relação entre a leitura e a sua prática criminal, as habilidades necessárias para o crime que praticaram, não sendo este, no entanto, um objetivo explícito da pesquisa realizada.

Não por acaso, a faixa etária dos sujeitos entrevistados acabou ficando acima da média da população daquele estabelecimento e da média nacional, que é a dos 18 aos 25 anos.

---

não existir no pátio feminino espaço para realizar as entrevistas, as quais teriam que ser realizadas nas próprias celas, onde estão confinadas não menos que cinco mulheres.

3 Conforme a Lei de Execução Penal, a Cadeia Pública é o local onde ficam os presos provisórios, ou seja, aqueles que ainda aguardam julgamento. Na prática, entretanto, como as penitenciárias estão superlotadas, a Cadeia Pública acaba sendo o local onde se cumpre a pena. Em muitos estados, como é o caso de Santa Catarina, utiliza-se a expressão presídio para referir-se à Cadeia Pública.

4 À exceção, é claro, dos detidos por homicídio ou estupro, por exemplo, mas estes geralmente ficam em outro pátio – o seguro – não estariam de qualquer forma atendendo aos critérios de seleção.

Apenas três dos entrevistados ficaram neste grupo, justamente porque os crimes mais comuns entre os mais jovens são os de furtos e roubos.

2 Outro critério de seleção foi o município de origem. A opção foi por entrevistar apenas aqueles que eram procedentes do município onde o presídio está localizado, de modo a formar um grupo com origens sociais e culturais semelhantes, já que nesta pesquisa o que se buscava era, justamente, a representação referente a leitura de materiais impressos, representação esta que é o pensamento que emana do sujeito a partir de sua inserção e relações sócio-culturais, a partir de sua leitura do mundo, num pensar freireano. Portanto, sua procedência também influencia no conteúdo da representação expressa.

3 O nível de escolaridade não foi adotado como critério de seleção e não participaram da pesquisa somente aqueles que afirmaram não saber ler.

Após a aplicação de todos esses critérios, orientados pela lista com a relação total de detentos do estabelecimento, chegou-se a um número de 19 sujeitos a serem entrevistados. No período de coleta de dados, sete detentos a serem entrevistados foram transferidos para outros estabelecimentos prisionais, ficando o grupo reduzido a 12 pessoas. Destes, um não quis participar da pesquisa e o outro declarou não saber ler nem escrever, ficando a amostra final em 10 sujeitos.

As entrevistas foram realizadas na “Biblioteca”. Oficialmente não há nenhum responsável pelo atendimento na “Biblioteca”, bem como não há registro e controle de acervo, do qual constam livros didáticos, jurídicos, romances, auto-ajuda, livros religiosos, gibis, revistas, entre outros. Não há nenhum programa de compra de materiais de leitura, os quais são adquiridos através de doações ou pelo Conselho da Comunidade, além de grupos voluntários que desenvolvem ações sociais e/ou religiosas no presídio.

A coleta de dados foi realizada através de entrevista individual, gravada em fita magnética, com o objetivo de preservar ao máximo o conteúdo discursivo. O agendamento das entrevistas seguiu todas as normas de segurança do estabelecimento, respeitando os horários de refeição e entrada das visitas. Como estas ocorrem no período da tarde, as entrevistas foram realizadas no período matutino, entre 9h e 11h, buscando não interferir nos horários destinados ao café da manhã e ao almoço.

Evitou-se realizar entrevistas nos finais de semana ou feriados uma vez que a equipe da administração não está presente na unidade nestas ocasiões. As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e setembro de 2003 e apenas uma (a do pré-teste) foi realizada

no mês de julho do mesmo ano.

As entrevistas seguiram um roteiro semi-estruturado, uma vez que se pretendeu “dar voz” ao sujeito da pesquisa e conhecer as suas representações da leitura do texto impresso. Tal propósito exige do entrevistador intervir apenas o necessário para não correr o risco de estar direcionando o conteúdo das opiniões. Conforme explicitam Lefèvre e Lefèvre (2003, p. 16)“(...) este tipo de entrevista permite, através de um discurso, que é o modo como naturalmente as pessoas pensam, o acesso a dados da realidade, de caráter subjetivo”.

De modo geral, os questionamentos estavam relacionados aos seguintes aspectos:

- Quem lê (homens mais velhos, mais jovens, nível de escolaridade, entre outros);
- Regularidade da leitura (dias, horas). Regularidade da leitura antes do ingresso na prisão;
- O que lêem (tipo de material: jornal, livros didáticos, livros científicos, ficção, auto-ajuda, etc);
- Conteúdo desta leitura (no caso dos jornais, dos livros jurídicos, ficção, por exemplo);
- Motivações para a leitura;
- Para que serve esta leitura (finalidade, aplicação, qual significado, o que a leitura representa para eles).

Durante a realização das entrevistas, algumas vezes o barulho das trancas e portas sendo abertas e fechadas dificultava o diálogo, mas foi positivo o fato de existir privacidade no momento da conversa ficando na salinha apenas entrevistador e entrevistado, o agente prisional continuava exercendo normalmente seu trabalho na goela (corredor do lado), parlatório, carceragem.

Numa única ocasião, as entrevistas acabaram estendendo-se até às 11h45min, sendo necessário à pesquisadora aguardar, trancada na salinha, a entrada de todos os “painéis” para o almoço. Foi possível, naquele momento, sentir um pouco “o peso” da cadeia, a angústia de ficar aprisionada e foram por apenas 15 minutos, mas que pareceram uma eternidade, o que levou a pesquisadora a imaginar que talvez, na condição dos seus entrevistados, não suportaria uma prisão por mais de 24 horas.

Para a realização da pesquisa foram seguidos todos os procedimentos éticos recomendados pelas resoluções 196/96 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde que regem a realização de pesquisas envolvendo seres humanos. Além de garantir o anonimato da instituição e dos participantes, foram adotados procedimentos como:

- Conversa com os reclusos do presídio para explicação do estudo e para identificar os interessados em participar da pesquisa;



- Todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido da pesquisa, além do anonimato do presídio ter sido preservado;
- Foi assumido o compromisso com os entrevistados e com a administração do presídio que ao término da pesquisa, a mesma seria relatada a todos os envolvidos, em apresentação a ser definida posteriormente à entrega final da dissertação.

Durante toda a realização das entrevistas, os detentos foram chamados pelo nome, bem como na transcrição das fitas, para facilitar o processo de análise das mesmas e recorrer à memória visando a maior riqueza de detalhes para a descrição da realização das entrevistas. Os nomes somente foram substituídos por letras do alfabeto na composição dos quadros com as Expressões-chave e idéias centrais, bem como nos DSC de cada questão e das próprias entrevistas por estarem dispostas como anexos da dissertação final.

Também na análise dos dados, ao utilizar partes dos discursos dos entrevistados, os mesmo foram representados pelas letras do alfabeto, em ordem crescente. Este procedimento foi adotado para preservar a identidade dos sujeitos entrevistados e garantir seu anonimato, conforme compromisso assumido com os mesmos pela assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Igualmente, na composição dos quadros, teve-se o cuidado em suprimir quaisquer vestígios que permitissem a identificação dos entrevistados, como menção à idade, dentre outros.

## 2 A formação do senso crítico do aluno na escola elementar

Na pesquisa de Sales (2004), com coleta de dados realizada de agosto a dezembro de 2003, o tratamento e a organização dos dados obtidos empregaram o DSC, por este constituir-se em instrumento que torna possível a tomada de conhecimento das ações cotidianas de determinadas categorias de indivíduos. Ou seja, o DSC permite visualizar melhor a representação social de determinado fenômeno, pois ela se apresenta como um discurso, da forma como os indivíduos pensam.

Na pesquisa, o DSC foi utilizado com o emprego dos procedimentos a seguir:

**Etapa 1 – Entrevistas** - as *entrevistas* representam um instrumento que, segundo Gil (1991), permite “uma relação de interação” e possibilita o aprofundamento de determinadas questões e possíveis dúvidas. As entrevistas, aplicadas a 12 profissionais bibliotecários, foram realizadas nas dependências das bibliotecas, que constituíram a base do universo do estudo, com o devido acordo da direção de cada estabelecimento de ensino, com exceção de duas. Uma, foi realizada numa sala reservada por conta do grande fluxo de alunos a procura do

profissional. Durante o tempo desta entrevista a biblioteca ficou a cargo do auxiliar. A outra, a pedido do bibliotecário, foi realizada fora do estabelecimento de ensino, e em horário extra-trabalho, também em função da demanda de alunos.

As entrevistas foram conduzidas de modo a deixar o respondente a vontade, seguindo um *roteiro de entrevista* pré-estabelecido, e gravadas em fitas magnéticas. Ao todo, foram 10 (dez) horas de gravação. Todas as entrevistas foram transcritas na íntegra. A partir das análises dessas transcrições foram elaborados quadros com as ‘*Expressões-chave*’ e as ‘*Idéias Centrais*’, visando a reconstrução do DSC.

**Etapa 2 – Expressões-Chave** - as ‘*Expressões-Chave*’ foram construídas a partir de fragmentos das transcrições literais dos depoimentos e visavam apresentar a essência do conteúdo discursivo na resposta de cada bibliotecário (LEFEVRE, LEFEVRE e TEIXEIRA, 2000).

**Etapa 3 – Idéias Centrais** - as ‘*Idéias Centrais*’ foram extraídas a partir das expressões-chave, e foram o ponto de partida do Discurso do Sujeito Coletivo. Como o Discurso representa as idéias de uma coletividade algumas mudanças foram realizadas nos fragmentos utilizados, no sentido de dar à narrativa uma seqüência clara, e também para excluir possíveis particularidades lingüísticas, mas sem comprometimento do discurso do grupo.

Durante a coleta dos dados, além das entrevistas foram observados aspectos dos estabelecimentos de ensino. Das 35 (trinta e cinco) escolas que formam a Rede Escolar em questão, 11 (onze) foram visitadas. As visitas aconteceram durante o período letivo, o que permitiu também a observação da freqüência de uso das bibliotecas pelos alunos, que procuravam, em todos os casos, o serviço de empréstimo, além de material para o desenvolvimento de pesquisas na própria biblioteca.

Obedecendo ao que o Regimento do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos na Universidade Federal de Santa Catarina define, ou seja, com a “finalidade maior de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 1997), os profissionais envolvidos na pesquisa na condição de respondentes, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Este documento, por um lado, trouxe à pesquisadora a segurança para, dentro dos padrões éticos, utilizar os discursos coletados sem possíveis censuras, e de outro lado, permitiu também ao respondente a segurança de todos os esclarecimentos necessários para que sua participação se efetivasse. Este acordo garantiu também o anonimato dos profissionais bibliotecários e das suas

respostas. Para tanto, cada bibliotecário recebeu um número de identificação, que foi atribuído aleatoriamente e suas respostas sofreram, quando da transcrição, pequenos ajustes ou omissões de nomes, ou quaisquer expressões que pudessem caracterizar o estabelecimento de ensino ou identificar o profissional.

Houve também o comprometimento assumido entre a pesquisadora, a respectiva Secretaria Municipal de Educação e os profissionais bibliotecários envolvidos, que visava a realização de um seminário, ao final da pesquisa, ocasião na qual seriam apresentados os resultados, suas respectivas análises e possíveis contribuições. Este ato foi assumido para afirmar a importância da participação dos profissionais acima citados, bem como para ressaltar o compromisso da Universidade Pública para com a sociedade.

Os argumentos teóricos em que o estudo de Sales (2004) esteve fundamentado embasaram a construção do DSC. Esse *discurso* permite o conhecimento de ações cotidianas de categorias de indivíduos, e a representação social desses indivíduos acerca de determinados fenômenos. Na representação social expressa pelos entrevistados, o DSC, extrai o entendimento de que “os indivíduos pertencentes à coletividade geradora da representação social deixam de ser indivíduos para se transmutarem, se dissolverem e se incorporarem num ou em vários discursos.” (LEFEVRE, LEFÉVRE e TEIXEIRA, 2000, p. 29)

**Etapa 4 – Discurso do Sujeito Coletivo** - o Discurso do Sujeito Coletivo participante do estudo advém do conjunto de respostas cedidas pelos bibliotecários de uma Rede Municipal de Ensino de um município catarinense acerca de sua participação no despertar do senso crítico dos alunos dos estabelecimentos onde atuam, sendo esses bibliotecários o Sujeito Coletivo considerado. Além disso, o Discurso evidencia também alguns outros aspectos como estrutura física, técnica e de acervo que esses profissionais têm à sua disposição para o desenvolvimento das atividades, projetos por eles desenvolvidos em conjunto com os professores, Projeto Político Pedagógico das escolas e a inserção da biblioteca nesse projeto, aspectos estes presentes no roteiro de entrevista.

A partir desse roteiro e de acordo com a análise dos dados coletados nas entrevistas, o Discurso do Sujeito Coletivo deste profissional bibliotecário acerca da sua participação no despertar do senso crítico dos alunos dos estabelecimentos onde atuam pôde contemplar alguns aspectos como recursos informacionais, humanos e técnicos, bem como a estrutura física disponíveis nas bibliotecas escolares para a utilização dos alunos e, principalmente, para a elaboração e planejamento de atividades pelos bibliotecários.

O que se buscou observar na reconstrução do DSC oriundo deste estudo foi o agrupamento de categorias de pensamento que os bibliotecários da Rede expressavam, e que

explicariam e justificariam sua realidade. Isto é, também para Minayo (2000), as Representações Sociais, ou seja, neste caso são as particularidades na forma de agir, de pensar e de vivenciar as ações profissionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do DSC está associada à busca das representações coletivas ou sociais construídas por indivíduos participantes de grupos sociais ou profissionais. É, por isso, um instrumento metodológico que pode ser empregado no estudo do pensamento, isto é, do que os indivíduos que compõem esses grupos pensam e, ao explicitá-lo, representam a partir do seu envolvimento pessoal com o dia-a-dia ou com os fenômenos produzidos num local de convivência ou de trabalho. Nas situações examinadas pelos estudos apresentados neste trabalho, as comunidades estudadas viviam duas situações distintas, a considerar o grau de liberdade pessoal de seus membros. Em uma, as pessoas haviam perdido, temporariamente, seus direitos de ir e vir, estando custodiadas pelo Estado. Na outra, as pessoas entrevistadas co-participavam de um processo social e profissional voltado à educação escolar, visando a atuação numa etapa da oferta de ensino em estabelecimentos de educação básica em rede escolar pública.

Nas duas situações, as pessoas de ambos os grupos refletem sobre objetos contíguos: *o ser leitor*, no caso dos presidiários estudados; *o formar sujeitos críticos*, no caso dos bibliotecários entrevistados, a partir de sua contribuição na equipe de educadores escolares, portanto, auxiliando a ação pedagógica que leva à capacitação de leitores. Em outros termos, as pesquisas buscaram identificar a comunicação das representações que os indivíduos que compõem ambos os grupos fazem: num caso, de suas experiências, percepções e do sentido e valor que atribuem para o que lêem e para o ato de ler; no outro caso, de suas experiências, percepções e das limitações que vivenciam no exercício de seu papel de formador de senso crítico dos estudantes da escola elementar.

Ao final, o que se teve e se tem em mãos, e que foram examinados pelas respectivas bancas de dissertação, são dois textos cujas conclusões apresentadas permitem ver que os procedimentos empregados nas respectivas pesquisas foram eficazes. Em outros termos, é possível dizer-se que a abordagem DSC se mostrou mais uma vez um instrumento metodológico satisfatório para o emprego no estudo de fenômenos construídos como objetos de pesquisa na Linha Educação e Comunicação.

**REFERÊNCIAS**

ABRIC, J-C. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001, p. 155-172.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.

BERGER, P. I.; LUCKMANN, Th. **A construção social da realidade**; tratado de Sociologia do conhecimento. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3 ed. São Paulo: Athos, 1991.

GILLY, M. As representações sociais no campo da educação. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001, p. 321-341.

GREIMAS, A. J. **Semántica estrutural**. Madrid: Gredos, 1987.

GUARESHI, P. (org.). **Os construtores da informação**; meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000.

HEWSTONE, M. Representações sociais e causalidade. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001, p. 217-37.

HILLESHEIM, A. I. A. **A prática pedagógica do curso de Biblioteconomia da UFSC**: discursos dos docentes do CIN e dos alunos do curso. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

JODELET, D. Representações sociais; um domínio em expansão. In: \_\_\_\_\_. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001, p. 17-44.

JOHN, V. M. **“Palavras da salvação”**: as representações da leitura na prisão. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**; a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. (Org.). **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações dentro da Sociologia

Clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho, JOUCHELOVITCH, Sandra (org). **Textos em representações sociais**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 89 – 111. (Coleção Psicologia Social)

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**; investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

PALMONARI, A.; ZANI, B. As representações sociais no campo dos psicólogos. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001, p. 261-280.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciência sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992.

SÁ, C. P. de. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SÁ, C. P.; ARRUDA, A. O estudo das representações sociais no Brasil. **R. Ciências Humanas**, Florianópolis, especial, 2000, p. 11-31.

SALES, F. de. **A participação do bibliotecário no despertar do senso crítico do aluno**: uma investigação na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

SEMIN, G. R. Protótipos e representações sociais. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001, p. 205-16.

SOUZA, F. das C. de. As possibilidades pedagógicas no ensino de metodologia da pesquisa científica em ciência da informação e os objetos deste campo científico: aproximações Durkheimianas. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação. Florianópolis, SC, n.16, p.20 - 40, 2003

TURCI DOMINGO, I. **Narrativa audiovisual**. 26 p. Disponível em: <http://www.anmal.uma.es/anmal/numero6/Turci.htm>. Localizado em: 30/06/2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA SANTA CATARINA. **Regimento do Comitê de Ética em pesquisa com seres humanos na Universidade Federal de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.cepsh.ufsc.br>> Acesso em: 23 abr. 2003.

Recebido: Outubro/2004  
Aprovado: Agosto/2007